

**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No âmbito dos apoios estatais a empresas de uso intensivo de energia por custos indiretos de carbono incorridos em 2021, a Agência Portuguesa do Ambiente autorizou o Fundo Ambiental a realizar pagamentos no valor de 24,6 milhões de euros a 26 unidades industriais. As unidades da Navigator recebem grande parte destes apoios, amealhando 9,95 milhões de euros, correspondendo a 40% do total deste apoio validado pela Comissão Europeia.

Estes apoios aos custos indiretos de carbono destinam-se a empresas abrangidas pelo comércio europeu de licenças de emissão (CELE) e, de acordo com a justificação oficial, destinam-se a apoiar a indústria europeia que é forçada a competir com empresas de outros países onde alegadamente as preocupações europeias e as exigências de redução de emissões são mais reduzidas.

A Navigator Paper da Figueira da Foz receberá 4,6 milhões de euros, a Navigator Pulp Figueira 926 mil euros, a Navigator Tissue Ródão 257 mil euros, a Navigator Pulp Aveiro 552 mil euros, a Navigator Tissue Aveiro 242 mil euros, a Navigator Pulp Setúbal 841 mil euros e Navigator Paper Setúbal 2,44 milhões de euros.

Já a Siderurgia Nacional receberá 4,4 milhões pela sua unidade na Maia e 4,3 milhões pela fábrica do Seixal. A Bondalti Chemicals receberá 1,37 milhões, a DS Smith Paper 1,1 milhões e a Celbi 1,2 milhões. A refinaria da Galp em Sines receberá 203 mil euros.

Verificando que os principais beneficiários deste apoio são as empresas de celulose e papel, o argumento de que o país oferece exigências ambientais mais exigentes que países terceiros para esta indústria cai por terra. Aliás, Portugal oferece condições únicas na europa e mesmo no mundo para a indústria da celulose já que organizou grande parte do seu território para a produção intensiva de eucalipto. Essa organização do território contribuiu para o despovoamento do interior e de áreas rurais e colocou um maior risco de incêndio sobre as populações que vivem junto a áreas florestais, agora agravados com os efeitos das alterações climáticas.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:*

Por que motivo o governo decide atribuir mais 24,6 milhões de euros a empresas historicamente poluidoras e não aplica essas verbas a programas de eficiência energética nas habitações e ao combate à pobreza energética?

Palácio de São Bento, 12 de janeiro de 2023

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)